

## **“De pomba para leoa”:**

### **Martha de Hollanda e a Cruzada Feminista Brasileira na luta pela igualdade política entre os sexos (1927-1932)**

ALCILEIDE CABRAL DO NASCIMENTO\*

Em 7 de novembro de 1927, o jornal recifense A Notícia estampava a novidade que vinha do Rio Grande do Norte: “é uma inovação ousada que os rio-grandenses introduzem em nossos costumes políticos, adiantando-se à própria união que ainda não se resolveu entregar seus destinos às mãos das mulheres”.<sup>1</sup> O tema das mulheres poderem votar e ser votadas ganhou a ordem do dia, virou assunto, manchete e deu o que falar. Como se sabe, os movimentos feministas tomaram fôlego no Brasil na vigência da Primeira República, regime oligárquico e liberal. Foram décadas de luta para alcançar a cidadania política, com avanços e recuos (HAHNER, 2003). Muitas vozes femininas ganharam os jornais e os rádios na época (PINTO, 2002), e alguns marcos foram importantes nesse embate de forças. Um deles foi o ano de 1927, quando o governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, sancionou a lei, aprovada pela Assembleia Legislativa, que concedia o direito às mulheres de votar e ser elegíveis.

No Rio Grande do Norte, muitas mulheres procuraram alistar-se. O Paiz, periódico do Rio de Janeiro, noticiou, em 12 de agosto de 1928, a presença de Bertha Lutz em Macaíba, município norte-rio-grandense, no incentivo direto ao alistamento feminino. A presença de uma das líderes feministas do sul do Brasil em Natal foi assim registrada pela poetisa Carolina Wanderley:

*Seis horas  
O telefone nos anuncia  
Que às nove horas daquele dia  
O avião Laté  
Riscando o céu azul  
Entre alegrias mil  
A grande defensora  
Dos direitos político-sociais*

---

\* Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pós-doutora em História. Pesquisa financiada pelo CNPq.

<sup>1</sup> A Notícia. Recife, 7 nov. 1927.

*Da mulher no Brasil*<sup>2</sup>.

A visita ilustre provocou verdadeiro frenesi em Natal e na pequena Macaíba, como se pode ler no jornal. Além de chegar de avião à capital potiguar, Bertha Lutz ainda liberou panfletos, em pleno céu azul, nos quais se lia, em nome da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, um excerto favorável do escritor e político mineiro Affonso Celso ao pleito feminista:

*Em face da constituição federal, não de poderá negar à mulher o Direito de se alistar como eleitora e ser elegível. E, uma vez que a Constituição lho assegura, necessidade não há de estabelecê-lo por lei ordinária*<sup>3</sup>.

Na Constituição republicana, o direito de votar não é explicitamente negado à mulher. Aliás, sequer a mulher é citada, já que os constituintes entendiam que a mulher não é um sujeito possuidor de direitos, como a historiografia vem enfatizando (PINTO, 2002:15-16). Contudo, o dado novo no debate é a questão colocada por Anne Verfus (2005:428), ao aclarar que “a cidadania oriunda da abolição do sufrágio censitário fez emergir com uma visibilidade *sem precedentes* a separação política entre os homens e as mulheres” [grifo da autora], ao fazer aparecer o voto individual masculino em ‘idade viril’ e a não-inclusão das mulheres no corpo eleitoral. O sexismo, que, como princípio político, faz uso do discurso da diferença natural entre os sexos para justificar as desigualdades em matéria de direitos políticos<sup>4</sup>, torna-se um problema para o regime republicano brasileiro e vira bandeira de luta dos movimentos feministas, que dão seus primeiros passos no território nacional e em outras partes do mundo. Em Recife, a conquista dos direitos políticos pelas feministas do Rio Grande do Norte, em 1927, coloca o tema na ordem do dia, e algumas mulheres são chamadas a expressar opinião sobre essa vitória feminista na vizinha província (NASCIMENTO, 2013). Essa movimentação toma corpo, concretude, materialidade.

O debate estava aberto. O medo pairava no ar. A virilidade masculina parecia estar colocada em cheque. Uma guerra dos sexos se encenava, às vezes, veladamente, outras vezes,

<sup>2</sup> O Paiz. Rio de Janeiro, 12 ago. 1928.

<sup>3</sup> Panfleto encontrado no acervo de Martha de Hollanda no Instituto Histórico e Geográfico de Vitória de Santo Antão (IHGVSA).

<sup>4</sup> Idem, p.430.

com cores e tons fortes. Mulheres educadas e formadas, de famílias abastadas, reclamavam de sua sujeição e, de certa forma, davam visibilidade ao sexismo da política republicana que, ao acabar com o voto censitário, revelou o quão menosprezava a força, a inteligência e a capacidade femininas, independentemente de sua condição social e civil. Ricas, pobres e remediadas, casadas ou solteiras, as mulheres pareciam carregar consigo a pecha de inferioridade, a quem se negava a vida política.

A Notícia, que acompanhava de perto a movimentação das mulheres, publica matéria intitulada *Ver, ouvir e contar: as feministas*. O artigo, no qual se acendem a desconfiança e o medo das feministas, advoga que toda essa luta das mulheres tem como substrato o forte sentimento de direitos usurpados pelos homens: “pela marcha que vai, não podemos duvidar que as federadas [referência às mulheres filiadas à Federação Brasileira para o Progresso Feminino] já conseguiram reaver um bocado bom de direitos usurpados”<sup>5</sup>. O articulista continua a imaginar as consequências dessas conquistas, ao declarar que se trata de uma hecatombe: “Estamos já agora a pensar na hecatombe. A coesão não será de brincadeira, porque a mulher pernambucana, para fazer a transição de pomba para leoa, é um instante”<sup>6</sup>, em alusão à história de luta na qual as mulheres tiveram nítida proeminência, empunhando armas contra os invasores, como as famosas heroínas de Tejucupapo – região pertencente à zona da mata norte de Pernambuco – que se transformaram em guerreiras, verdadeiras leoa, na defesa da vila e de seus filhos, diante dos holandeses, em abril de 1646<sup>7</sup>.

É nesse cenário de debate e reivindicações em torno da igualdade que a escritora Martha de Hollanda abre processo para requerer sua inclusão na lista de eleitores/as na comarca de Vitória de Santo Antão. O deferimento de seu pedido foi noticiado no jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, com o título *Exemplo que frutifica*. A declaração do juiz que deferiu o pedido da escritora recebeu importante divulgação na imprensa<sup>8</sup>. Sem dúvida, notícias como essas poderiam influenciar e impulsionar solicitações similares por parte de outras mulheres. Em síntese, o juiz entendia que a lei máxima do país não poderia promover a discriminação sexista:

<sup>5</sup> A Notícia. Recife, 26 jun. 1931.

<sup>6</sup> A Notícia. Recife, 26 jun. 1931.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://maniadehistoria.wordpress.com/mulheres-de-tejucupapo/>>. Acesso em: 02 mar. 2013.

<sup>8</sup> Exemplo que frutifica. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 12 jul. 1928, p.10.

*A Constituição Federal a ninguém distingue em razão do sexo, nem quando, no art. 69, atribui a qualidade de cidadão brasileiro às pessoas aí enumeradas e nem quando, no artigo 70, confere a qualidade de eleitor àqueles dos mesmos indivíduos por ela declarados cidadãos brasileiros, que forem maiores de 21 anos e não tiverem contra si incapacidade alguma das por ela expressamente estabelecidos no 1º do seu citado artigo setenta.*

*A todos, – homens e mulheres – ela abrange nas disposições contidas nos artigos e parágrafos indicados, bem como nas em que particulariza os casos de suspensão e de perda dos direitos de cidadão brasileiro, e me falece autoridade para restringir onde ele generalizou.*

*Tais disposições acham-se consolidadas no Regulamento que o Decreto n. 17.527, de 10 de novembro de 1926, baixou para o alistamento eleitoral, e motivo algum existe para que deixe de ter inclusão nesse alistamento o brasileiro ou brasileira que o solicitar e satisfazer às exigências feitas pelo Regulamento no seu artigo 7º e respectivos parágrafos, letras e números.*

*Assim, e fazendo certo estes autos que, na requerente D. Martha de Hollanda Cavalcanti, se verificam todos os requisitos de capacidade eleitoral exigidos, defiro o seu requerimento e mando se inclua o seu nome no alistamento dos eleitores deste município. Sem custas. Vitória, em 12 de junho de 1928. Felinto Ferreira de Albuquerque<sup>9</sup>.*

Martha de Hollanda vira assim a primeira eleitora pernambucana, até o processo ser indeferido por instâncias maiores.

Mas quem era essa mulher moderna, que aos 25 anos exigia legalmente sua condição de cidadã? De onde vinha essa morena alta, de “olhos matadores”, vista por alguns contemporâneos como uma “Mulher fulminante”? O que deseja aquela que tinha, no olhar de um poeta, uma “cabeleira sonhadora”?

Martha de Hollanda nasceu em Vitória<sup>10</sup>, mata sul do estado, interior de Pernambuco, município que vivia da cana, do algodão e do cultivo de cereais, a 51km da capital. A pequena Martha nasceu em casa como era costume, no dia 20 de março de 1903. Filha do farmacêutico Nestor de Hollanda Cavalcanti e dona Mathilde Hollanda Cavalcanti<sup>11</sup>, vem de uma família importante na cidade, os Hollanda Cavalcanti, de larga tradição intelectual e política na cidade.

<sup>9</sup> O Paíz. Rio de Janeiro, 12 ago. 1928.

<sup>10</sup> O município de Vitória de Santo Antão foi distrito criado com a denominação Vitória de Santo, por alvará de 14-03-1783. Foi elevado à condição de cidade e sede do município com a denominação de Vitória, pela lei provincial n.º 113, de 16-05-1843. Pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, o município passou a denominar-se Vitória de Santo Antão, retomando seu nome original. Cf.: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/vitoria-desantoantao.pdf>>. Acesso em: 5 mai. 2012. Hoje é uma cidade conhecida pela produção de aguardente de boa qualidade.

<sup>11</sup> Registro Civil. Vitória, 6 jul. 1928. Acervo de Martha de Hollanda do IHGVSA.

Logo cedo, deixou o interior para se alfabetizar e estudar na capital, no Colégio Santa Margarida, onde se diplomou em magistério em 1925 (FREITAS, 2003:71), logo em seguida, obteve o preparatório de humanidades no Ginásio Pernambucano. Gostava de escrever, descrever e logo foi notada pelos lentes, como escreve de si<sup>12</sup>. Declamava poesias de Olegario Mariano e de Ademar Tavares nas festas do Colégio.

Frequentava “a fina flor intelectual de Pernambuco”<sup>13</sup> e com ela tinha contato na casa do professor, historiador e jornalista Osvaldo Machado. Machado também era redator-chefe do jornal A Rua. Em uma tertúlia literária na casa do jornalista, ele pediu a ela um pensamento para seu jornal. De pronto, ela respondeu: “Para que expor meu pensamento À Rua?”<sup>14</sup> A resposta foi largamente aplaudida e, no outro dia, seu nome aparecia pela primeira vez no jornal.

Depois disso, segundo ela, entendeu que já era “uma intelectual”, abandonou as bonecas e abraçou os diários e outros trabalhos que foram aparecendo em revistas locais<sup>15</sup>. Era uma leitora voraz. Albertina Bertha e George Sand eram suas leituras prediletas (FREITAS, 2003:72). Outros/as autores/as, como Schopenhauer, Flaubert, Dumas, Oscar Wilde, Edgar Allan Poe, Eça de Queiroz, Gilka Machado e Machado de Assis, gozavam de sua admiração.

---

<sup>12</sup> Autobiografia: minha formação intelectual e minha obra delírio do nada. Acervo de Martha de Hollanda do IHGUSA.

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> Ib.

<sup>15</sup> Ib.



**Fonte:** <<http://ven1.blogspot.com.br/2012/03/ha-109-em-vitoria-de-santo-antao-nascia.html>>.

Era ousada no vestir-se. Inventava moda. Roupas extravagantes, penteados inusitados, cores fortes, decotes pouco comuns à época, roupas feitas em alfaiates e muita maquilagem. Algumas vezes, vestia-se como homem. Transitava com um bem talhado paletó, gravata e bengala (FREITAS, 2003:63). Depilava as pernas e axilas, e ainda fazia questão de mostrar isso a todos<sup>16</sup>, quando a depilação com lâminas e cremes começava a ser propagada como ideal de beleza, limpeza e modernidade (MELO, 2012:60). Parecia, ainda muito jovem, nutrir gosto por uma vida bela, loquaz e estética. Era carnavalesca fanática. Esbaldava-se no Clube Abanadores, O Leão. Fantasiava-se de Pierrot (FREITAS, 2003:63). Tinha presença de espírito e adorava anedotas. Fumava e bebia uísque.

Costumava fazer o *footing* sozinha e frequentar cinema, teatro, sorveterias e casas de chá, o que não era comum às mulheres da época. Uma mulher “extrovertida e extravagante”, autêntica, cômica, travessa, corajosa, moderna, inovadora e que afrontava “deliberadamente a atrasada sociedade do seu tempo” (FREITAS, 2003:64). Uma individualidade singular e bizarra, nas palavras de Duarte Júnior (apud FREITAS, 2003:66). Por vezes, ficava no sobrado de sua casa, no coração da cidade vitoriense, na janela do primeiro andar da farmácia onde morava, “com uma bela cobra enrolada no pescoço, possivelmente uma inofensiva

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://ven1.blogspot.com.br/2012/03/ha-109-em-vitoria-de-santo-antao-nascia.html>>. Acesso em: 10 mai. 2011.

jibóia, entretanto não deixava de ser uma cobra, que infunde medo e respeito a todo mortal”, nas palavras de Edson da Costa Lins (apud FREITAS, 2003:64).

Terminado o curso normal, voltou para a cidade natal onde os “Holanda Cavalcanti” desfrutavam “honras de inteligentes”<sup>17</sup>. Lá continuou escrevendo para jornais e revistas do Recife e começou a interessar-se pela política. Foi lá que se enamorou de um jovem viúvo, poeta, jornalista e historiador: José Teixeira de Albuquerque, com quem noivou e casou em 8 de dezembro de 1928, numa pomposa cerimônia da Igreja Matriz de Santo Antônio. Seu casamento foi notícia e virou acontecimento na pacata cidade de Vitória de Antão. Martha, antes de entrar na igreja, desfilou em carro aberto sem capota pelas ruas da cidade, numa mistura de provocação e inovação, já que os vestidos de noiva, por praxe, só eram conhecidos na igreja (FREITAS, 2003:55). Portava um “exótico” *bouquet*, “uma armação de arame coberta com gaze formava uma estrela, de dentro uma pilha iluminava as flores, realçava o vestido” (FREITAS, 2003:55). Para entregar as alianças, vestiu o pequeno Florisvaldo de cupido: “cabelos loiros, cacheados, uma tiara de flores... com asinhas, arco e flecha... o deus do amor” (FREITAS, 2003:55), num ato admoestação do ritual religioso, criticado por uns, ovacionado por outros convivas.

Em seguida, foi residir em Recife, na buliçosa rua do Lima. Ali reunia poetas, escritores, artistas em saraus ou tertúlias literárias, nomes expressivos das ciências, artes e da literatura, servindo, com graça e gracejos, licores e aperitivos (INOJOSA, 1984:46). Segundo Martha, “deste estado psico” surgiu seu famoso livro *O delírio do nada*, publicado em 1930, entusiasticamente recebido pela Academia Brasileira de Letras e pela “crítica brasileira e portuguesa”<sup>18</sup>, dentre eles, Coelho Neto, Alberto de Oliveira, João Ribeiro, Julio Pires e Oscar Brandão (COELHO, 2002:480).

Nesse livro, até hoje impressionante, a escritora desvela sua intensidade, sua rebeldia e sua ousadia de pensar livremente:

*Eva, quando expulsa do Paraíso,  
Deveria ter entregue a Deus a costela  
De Adão e ter vindo, de moletas,  
Procurar no mundo um aparelho*

<sup>17</sup> Autobiografia: minha formação intelectual e minha obra delírio do nada. Acervo de Martha de Hollanda do IHGUSA.

<sup>18</sup> Idem.

*De aperfeiçoamento (HOLLANDA, 1930:19).*

Insinua-se feminista, rebelde e libertária. Ela é uma das que não precisam da costela de Adão. Parece ter vivido um casamento sem peias e rédeas, que não a sufoca, pelo contrário, é esteio de seus voos, da sua entrada no campo político, no mundo dos homens, contestando as barreiras, derrubando fronteiras e politizando a exclusão feminina da vida pública. Faz lembrar a personagem de Mia Couto, Naftalinda, quando diz: “E não me olhem assim que não tenho medo. Sou como os leões que nos atacam: perdi o medo dos homens” (2012:114).

Sua casa foi também um ambiente onde discutiu política e os destinos do país na elétrica campanha eleitoral para presidência da república de 1930. Campanha que fez esquentar os ânimos e o debate sobre a moralização das eleições, reforma do sistema político, direitos para a classe trabalhadora, dentre outras questões, que marcou o parlamento, saiu pelas praças, ruas, cafés, teatros, cinema e mídia.

Vivia-se sob a égide da república dos coronéis. A corrupção, o clientelismo e a fraude eleitoral fincaram raízes nas instituições nacionais. Como relata Lira Neto, no município de Cachoeira (Rio Grande do Sul), um cidadão pego votando com a segunda via de um título que não lhe pertencia foi indagado à queima roupa:

*Como você se chama?*

*Atarantado, o sujeito virou-se para trás e indagou a quem o havia conduzido à seção eleitoral:*

*Como é mesmo o meu nome? (NETO: 2012,190)*

As oligarquias regionais disputam o Estado. A Aliança Nacional, da qual Getúlio Vargas (RS) e João Pessoa (PB) eram candidatos em oposição às pretensões do presidente paulista Washington Luís (SP) de eleger Júlio Prestes, prometia em seu programa:

*[...] o voto secreto, anistia ampla aos tenentes, fim das eleições de exceção, prioridade para o trinômio educação-saneamento-saúde, obras de combate à seca no Nordeste e direito aos trabalhadores (férias, jornada de oito horas diárias, implantação do salário mínimo, proteção às mulheres e crianças) (NETO, 2012:365).*

Eram temas polêmicos. Quando o jornalista de O Estado, periódico de São Paulo, indagou a Getúlio Vargas, ainda na condição de ministro da Fazenda em 1927, sua opinião

sobre o voto feminino, “em vez de articular qualquer resposta, apenas sorriu, suave”, segundo o jornalista, palavras que ele interpretou como “um sorriso que traduziu a pouca esperança do ministro na interferência da mulher em coisas públicas” (apud NETO, 2012:269). Foi preciso muita pressão e articulação política para o candidato da Aliança Nacional mudar sua posição, que não é o mesmo que opinião.

Nesse burburinho eleitoral, os anos iniciais da década de 1930 veem nascer em Pernambuco duas organizações que pretendem lutar em prol dos direitos femininos: a Cruzada Feminista Brasileira, sob a liderança de Martha de Hollanda<sup>19</sup> e a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, dirigida por Edwiges de Sá Pereira. Duas mulheres importantes no cenário intelectual da cidade como escritoras e poetisas.

Em carta a Berta Lutz, a quem se reporta como “minha querida amiga”, Martha de Hollanda diz que “há muito deseja reunir as conterrâneas e, com elas, organizar um núcleo de defesa aos nossos direitos postergados e às nossas prerrogativas esquecidas, no eterno ludíbrio de um amanhã que não chegava nunca”. Em reunião em sua casa, em 31 de maio de 1931<sup>20</sup>, e com o concurso das amigas, nasceu a Cruzada Feminista Brasileira<sup>21</sup>. Organizada a sociedade e eleita sua diretoria provisória, foi aclamada presidente de honra Edwiges de Sá Pereira, “elemento dos mais significativos na vida intelectual do nordeste”<sup>22</sup>, foram definidos os principais objetivos e declarou-se sua filiação à Federação Brasileira para o Progresso Feminino.

Ao ser procurada, Edwiges informou que estava na condição de delegada da Federação Brasileira, empenhada na fundação de uma filial em Pernambuco, “insistindo então” que o grupo de Martha se filiasse a ela “para evitar os dissídios tão inconvenientes aos ideais coletivos”<sup>23</sup>, o que não foi possível. Edwiges de Sá declinou do convite de ser presidente de honra da Cruzada Feminista, fundada por Martha, assim como Martha de

<sup>19</sup> No *Dicionário Crítico das Escritoras Brasileiras*, há informação de que Martha de Hollanda fundou a Cruzada Feminista Pernambucana (COELHO, 2002:480). Trata-se de equívoco, pois nossas pesquisas demonstram que o nome é mesmo Cruzada Feminista Brasileira (ver NASCIMENTO, 2013).

<sup>20</sup> Vale observar que, nesse mesmo dia, reunia-se na casa de Edwiges de Sá Pereira outro grupo de mulheres com o mesmo intuito: organizar o movimento feminista em Pernambuco (ver NASCIMENTO, 2012).

<sup>21</sup> Cf. A Notícia, 31 mai. 1931.

<sup>22</sup> Carta a Bertha Lutz.

<sup>23</sup> Autobiografia: minha formação intelectual e minha obra delírio do nada. Acervo de Martha de Hollanda do IHGVSA.

Hollanda não aceitou o convite de participar da Federação Pernambucana, criada por Edwiges<sup>24</sup>.

Na mesma missiva à presidenta da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, a líder da Cruzada Feminista informava que “já era tarde demais para aquela medida, que não se poderia justificar”. Já havia telegrafado e comunicado a imprensa, dispensado esforços e numerário. Também não se explicaria que “um conjunto da nossa elite inteligente e estudiosa, organizada em sociedade, regularmente fundada, fosse fundir-se com um grupo que, futuramente, iria reunir-se, sob os mesmos auspícios, com os mesmos princípios e para a mesma finalidade”<sup>25</sup>.

Em 12 de novembro daquele mesmo ano, foi empossada a diretoria da Cruzada: presidente, Martha Hollanda; vice-presidente, Auri Moura; oradora, Heloísa Chagas; oradora adjunta, Juracy Soes; primeira secretária, Celeste Dutra; segunda secretária, Jacyra Goes; tesoureira, professora Antônia Maranhão; bibliotecária, Sílvia do Passo; procuradoras, farmacêutica Antônia Martins e professora Edmée Barbosa<sup>26</sup>. É significativo que dois dias antes – em festa pomposa no Club Internacional da cidade – foi realizada a solenidade de abertura da Federação Pernambucana para o Progresso Feminino, criada pela feminista Edwiges de Sá (NASCIMENTO, 2011).

Assim ela explicava a Bertha Lutz a primeira divergência que nasceu no movimento feminista em Pernambuco, a qual ela acreditava não ter muito relevo, e que, mantendo os princípios e a “primogeneidade” da sua ideia, se colocava pronta para “colaborar, coadjuvar quaisquer novas sociedades que apareçam para nossa defesa moral, social ou política”<sup>27</sup>. Como sabemos depois, essa divergência entre as duas lideranças feministas teve, sim, “muito relevo”. O movimento feminista organizado em Pernambuco começa cindido, portanto, em duas frentes.

Termina a missiva, dizendo esperar contar com a sabedoria, inteligência e a experiência de Bertha e que a amiga Bertha as guiasse “pela estrada que penetramos, cheia de

---

<sup>24</sup> Cf. A Notícia, 31 mai. 1931.

<sup>25</sup> Autobiografia: minha formação intelectual e minha obra delírio do nada. Acervo de Martha de Hollanda do IHGUSA.

<sup>26</sup> Cf. A NOTÍCIA. Recife, 12 nov. 1931.

<sup>27</sup> Carta a Bertha Lutz.

espinhos, de pedras, e de cardos...”<sup>28</sup>. Se contou ou não, é incerto afirmar. O que se sabe é que a Cruzada recebeu convite para participar do 2.º Congresso Feminista, organizado pela Federação Brasileira para o Progresso Feminino, realizado no Rio, em 1932.

### **Nos rastro das palavras e das ações: a Cruzada Feminista Brasileira em defesa da cidadania ampla das mulheres**

A Pilhéria, jornal que circulava em Recife, publica, em junho de 1931, o programa da Cruzada Feminista Brasileira:

*a) Elevar o nível intelectual e social da mulher nordestina, assegurando-lhe todos os direitos e promovendo-lhe a instrução necessária para a conquista de seu justo lugar nas sociedades civilizadas; b) assegurar as suas prerrogativas civis e constitucionais, facultando-lhe as garantias legislativas concernentes ao seu trabalho, e as medidas protetoras as mães e a infância; c) estimular o espírito de organização orientando-a nos problemas que, diretamente ou indiretamente possam interessar-lhe, estendendo e ampliando a sua esfera de ação a todos os círculos civis e políticos; d) provocar o intercâmbio intelectual com as demais nações a fim de que pela sua ação homogênea e segura seja mantida a paz e a tranquilidade do mundo*<sup>29</sup>.

O conteúdo do programa é efetivamente político. A instrução é a via estratégica para a conquista ampla da cidadania e dos direitos civis, sociais e políticos. Embora se autodeclarasse uma organização nacional, seu programa revela que o alcance geográfico era mesmo o Nordeste, ao incluir, nomear a mulher nordestina como sujeito de direitos. Ao considerar a instrução como ação transversal do programa, pensava-se como a via que possibilita a mulher conquistar “seu justo lugar nas sociedades civilizadas”. Mas, o que é esse “justo lugar”? O que está implícito nessa questão? A ideia da injustiça do sistema parece ser uma das chaves para entender o embate das feministas com a República tão pouco democrática. Essa plataforma de ações não divergia das diretrizes da Federação Brasileira<sup>30</sup>, contudo, era mais direta em seus objetivos, além de vincular a instrução à política como

<sup>28</sup> Autobiografia: minha formação intelectual e minha obra delírio do nada. Acervo de Martha de Hollanda do IHGUSA.

<sup>29</sup> A Pilhéria. Recife, 20 jun. 1931.

<sup>30</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. **Estatuto da Federação Brasileira para o Progresso Feminino**. Fundo FBPF. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1930. p.3-4.

campos de aproximação, de convergência e de dependência. A instrução, nesse sentido, é potencialmente politizante, é o caminho, o solo fértil para outras conquistas.

Em 1931, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino convida Martha de Hollanda para participar do 2.º Congresso Feminista<sup>31</sup>. Em seguida, informa a divisão das sessões do congresso e diz que enviará o regulamento e a forma de adesão. Por fim, solicita que Martha divulgue o congresso que pretende reunir as associações filiadas e todas as representações femininas que lutam pelos direitos das mulheres.

Não se sabe efetivamente se a Cruzada participou do congresso. Na missiva do dia 31 de junho de 1931, Martha de Hollanda informa à presidente do 2.º Congresso Feminista que quem representará a Cruzada é a Snra. D. Maria Eugênia Celso<sup>32</sup>, sem deixar de declarar que a Cruzada representa o “primeiro núcleo feminista organizado em Pernambuco”<sup>33</sup>.

Martha de Hollanda foi uma parresiasta, naquela acepção discutida por Foucault (2011:11), alguém que é capaz de dizer a verdade correndo riscos. Interpela os governantes a partir de seu posicionamento como cidadã. Questiona o regime de verdade em torno dos sexos. Declara, sem medo, que a “mulher não é inferior em nada, nem na moral, nem no intelecto, nem na atividade e energia”<sup>34</sup>. Se o Brasil vivia a mudança, a reforma do sistema administrativo, dos costumes e dos hábitos, “reformando-se tudo não se poderá deixar de reformar a crença grosseira de nossa fragilidade e de nossa insipiência intelectual”<sup>35</sup>. Não apenas considera o regime republicano injusto com as mulheres, mas também odioso. Usa a liberdade para falar francamente. Acerca-se do dever moral de falar por si e em prol de outras mulheres.

Nesse sentido, entende que a mulher

*[...] educa os filhos, preparando os homens do futuro. Emprega sua atividade nas fábricas e nos estabelecimentos comerciais. Ensina. Cultiva a terra. Administra. Exerce cargos burocráticos. Paga impostos, e está sujeita às leis civis e penais que não estão adstritas, exclusivamente, aos homens.*

<sup>31</sup> Sabe-se que o convite data de 1931, mas não há data no documento. O congresso estava previsto para acontecer em 30 de junho de 1931.

<sup>32</sup> Carta a FBPF, 1931.

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> Diário de Pernambuco. Recife, 15 jan. 1931.

<sup>35</sup> Idem.

*Só não tem o direito de votar. Intervir, com sua inteligência, com seu cuidado, com seu critério, nos destinos do país. E isto é absurdo, porque não é equitativo nem justo*<sup>36</sup>.

É um feminismo que visava a ir além do sufrágio. Deseja a equidade entre os sexos. Uma igualdade emancipadora alicerçada na instrução, lastro da cidadania a todas as mulheres, independentemente de seu “estado civil ou de suas condições de fortuna”<sup>37</sup>. Em suas palavras, ainda: “um feminismo que educa, que protege, que constrói, que realiza, que defende”<sup>38</sup>.

Martha de Hollanda foi uma dessas mulheres que desbravaram espaços nitidamente masculinos, questionaram verdades em torno de seu sexo, de seu corpo e de sua inteligência, por meio da palavra escrita, de entrevistas em rádios, com a publicação de artigos polêmicos, e, na seara da Justiça, abriram processo para ter direitos políticos como cidadãs. Ao mesmo tempo, sua atuação ilumina os diferentes feminismos que se confrontaram em Pernambuco na luta pelos direitos igualitários entre os gêneros, o que nos leva a romper com a ideia de unidade do movimento feminista em terras pernambucanas, bem como a vislumbrar as veredas abertas por uma corrente feminista mais audaz e mais radical.

## Referências

- COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico de Escritoras Brasileiras**. São Paulo: Escrituras, 2002.
- COUTO, Mia. **A confissão da Leoa**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- FREITAS, Luciene. **Uma guerreira no tempo**. Resgate de uma época, Martha de Hollanda e “delírio do Nada”. Sem local, 2003.
- HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.
- HOLLANDA, Martha de. **Delírio do nada**. Recife: Imprensa Recife, 1930.
- INOJOSA, Cristina. **Martha de Hollanda: feminismo e feminilidade**. Recife: Assessoria Editorial do Nordeste, 1984.
- MELO, Alexandre Vieira da Silva. **A cidade dos melindres**. Corpo, glamour e sociabilidades no Recife da década de 1920. 2012. Monografia – UFRPE, Recife.

<sup>36</sup> Ib.

<sup>37</sup> Ib.

<sup>38</sup> A Notícia. 11 nov. 1931.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral. O bonde do desejo. o Movimento Feminista em Recife e o debate em torno do sexismo na política republicana (1927-1931). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2013.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral. Mulheres, Política e Cidadania: a criação da Federação Pernambucana para o Progresso Feminino (1918-1932). **Revista Sophie**, Recife, 2011.

NETO, Lira. **Getúlio**. Dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930). São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VERFUS, Anne. Voto familiarista e voto familiar: contribuição para o estudo do processo de individualização das mulheres na primeira metade do século XIX. In: CANÊDO, Letícia Bicalho (Org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. p.405-433.